

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

CNPJ/MF nº 07.554.076/0001-08

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 31 de Dezembro de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. **Desempenho:** A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

encerrou o exercício de 2021 com um lucro de R\$ 499 mil. A Administração mantém foco no controle de custos e busca uma gestão eficiente da caixa. **Índice de Basileia:** A Corretora adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de Dezembro de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado

Prudencial era de 38,29%. **Gerenciamento de Riscos:** A estrutura de gerenciamento de risco do BCG Brasil S.A., líder do conglomerado, garante o gerenciamento e mitigação de riscos inerentes à atividade da Instituição. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Agradecimentos: A Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. agradece ao seu acionista Banco Caixa Geral - Brasil S.A. e a Caixa Geral de Depósitos de Portugal (Controladora do Grupo CGD no Brasil) pelo apoio recebido e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2021	2020
Disponibilidades	4	111	83
Instrumentos Financeiros		26.151	28.004
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	25.679	27.553
Títulos e Valores Mobiliários	6	472	451
Outros Ativos		1.810	1.648
Diversos	7	1.810	1.648
Total do Ativo		28.072	29.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional
A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Corretora") pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012, iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2005. No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 e com a Resolução CMN nº 4.818/20. A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 e da Resolução CMN nº 4.818/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade das diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras com as normas internacionais de contabilidade. As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; c) Divulgação dos resultados não-recorrentes. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados; Resolução nº 3.959/19 - Redução por ação; e Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do valor justo. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3. Principais Diretrizes Contábeis

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas "pro rata dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. **d) Títulos e valores mobiliários:** São classificados na carteira de "negociação", avaliados a valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício. Os títulos classificados na categoria de "títulos para negociação" são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento. A Corretora, em conformidade com o CPC 46/Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **e) Ativos e passivos:** Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os rendimentos, encargos, e as variações monetárias auferidas, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. **f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. **Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso; • Provisões para riscos - são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgadas em notas explicativas; • Passivos contingentes - são incertezas e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. e; • Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente. g) **Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social, até 30 de junho de 2021, era de 15% do lucro antes dos impostos. A partir de 1º de julho de 2021, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2021, de acordo com a Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183/2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 20%. **h) Uso de estimativas:** Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e provisões incluem a avaliação de instrumentos financeiros a valores justos e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.**

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Disponibilidades	111	83
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.413	18.563
Total	19.524	18.646

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2021		2020	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.413	6.266	25.679	18.563
Total	19.413	6.266	25.679	18.563

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as aplicações em depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 6.266 (R\$ 8.990 em 2020), referem-se a recursos financeiros garantidos em "escrow account", devido a venda da participação que a Corretora possuía na Ricco DTM S.A.

Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020
Provisões	8	559	857
Outras Obrigações		2.082	2.644
Diversos	9	2.082	2.644
Obrigações Fiscais Diferidas	11.c	2.258	3.435
Patrimônio Líquido		23.173	22.799
Capital social		12.595	12.595
De domiciliados no País	12.a	12.595	12.595
Reserva Legal		2.519	2.519
Reserva Especial de lucro		8.059	7.685
Total do Passivo		28.072	29.735

Composição e abertura de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento

	2021	2020
Valor de custo	Valor de custo	Valor de custo
Títulos para negociação	472	451
Circulante	472	451
Total de títulos e valores mobiliários	472	451

Títulos para negociação: Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*) Até 3 meses 472 472 - - De 3 a 5 anos - - 452 451 **Total de títulos para negociação** 472 472 452 451 Circulante 472 472 452 451 **Total de títulos e valores mobiliários** 472 472 452 451 Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2021, a Corretora não fez reclassificações entre as categorias "negociação", "disponível para venda" e "mantidos até o vencimento". Os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. (*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado através dos preços de referência de mercado divulgados pela ANBIMA. Portanto, classificados como Nível 1.

7. Outros Ativos - Diversos

	2021	2020
Impostos e contribuições a compensar	827	956
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 10.a)	896	430
Títulos e créditos a receber	-	160
Despesas antecipadas	38	81
Outros	49	21
Total	1.810	1.648
Circulante	89	168
Não Circulante	1.721	1.480

8. Provisões

	2021	2020
Provisão para riscos trabalhistas (*)	503	800
Fornecedores a pagar	10	13
Publicação e serviços de assessoria	46	44
Total	559	857
Circulante	56	57
Não Circulante	503	800

(*) Refere-se às ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidas na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como "provável" a perda (nota 10.a).

9. Outras Obrigações - Diversas

	2021	2020
Dividendos a pagar	125	33
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	688	636
Impostos e contribuições a recolher	11	3
Credores - Conta Liquidações Pendentes	1.258	1.972
Total	2.082	2.644
Circulante	2.082	2.644

10. Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Obrigações Legais

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

	2021	2020
Pro-Depósitos visão judiciais	Pro-Depósitos visão judiciais	
Provisões para riscos cíveis: (a)	124	118
Provisões para riscos trabalhistas: (b)	503	772
Total	503	896

(a) Em 31 de dezembro de 2021, a Corretora possuía 5 processos de natureza cível (7 em dezembro de 2020), no montante total de R\$362 (R\$251 em dezembro de 2020), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível. (b) Em 31 de dezembro de 2021, a Corretora possuía 3 processos de natureza trabalhista (3 em dezembro de 2020), sendo 2 classificados como prováveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 503 (2 em dezembro de 2020, no montante de R\$ 800, e 1 classificado como possível pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 4 (1 em dezembro de 2020, no montante de R\$ 4). A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, dos anos calendarário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

b) Movimentação das provisões para riscos:

	2021	2020
Saldo em 31/12/2019	525	525
Constituição (nota nº 19)	296	296
Pagamento processo trabalhista	(21)	(21)
Saldo em 31/12/2020	800	800
Saldo em 31/12/2020	800	800
Constituição (nota nº 19)	22	649
Reversão (nota nº 18)	(304)	(304)
Pagamento processo	(15)	(649)
Saldo em 31/12/2021	503	503

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:

	2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	127	(172)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% (*)	(45)	69
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	47	41
Outras despesas indedutíveis/outras receitas não tributáveis	47	41
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	136	(87)
(Constituição) Reversão de provisões para contingências trabalhistas	119	(110)
Outros	17	23
Prejuízo fiscal e base negativa utilizada (30% do lucro)	234	283
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	372	306

(*) A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 20%, a partir de 1º de julho de 2021, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2021 (15% em 2020).

b) Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias: A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.842/20.

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa	14.563	14.846
Outras provisões temporárias	497	616
Total de créditos tributários não contabilizados	15.060	15.462

c) Composição de obrigações diferidas:

	2021	2020
Pis a recolher - "Escrow Account"	(32)	(49)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(202)	(302)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(759)	(1.133)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(1.265)	(1.887)
CSLL a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	-	(24)
IRPJ a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	-	(40)
Total de obrigações diferidas	(2.258)	(3.435)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)				
	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	12.595	2.519	6.854	21.968
Lucro do exercício	-	-	-	134
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	-	-	101	(101)
Dividendos propostos e não aprovados (Nota explicativa 12.b)	-	-	730	-
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 12.b)	-	-	-	(33)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	12.595	2.519	7.685	22.799
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	12.595	2.519	7.685	22.799
Lucro do exercício	-	-	-	499
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	-	-	374	(374)
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 12.b)	-	-	-	(125)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	12.595	2.519	8.059	23.173
Saldos em 30 de Junho de 2021	12.595	2.519	7.685	22.436
Lucro do semestre	-	-	-	862
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	-	-	374	(374)
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 12.b)	-	-	-	(125)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	12.595	2.519	8.059	23.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		814	1.160
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	814	1.160
Resultado bruto da intermediação financeira		814	1.160
Outras receitas (despesas) operacionais		(310)	(921)
Outras despesas administrativas	16	(334)	(628)
Despesas tributárias	17	(38)	(55)
Outras receitas operacionais	18	83	330
Outras despesas operacionais	19	(21)	(680)
Resultado operacional		504	127
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.a	(358)	(372)
Provisão para imposto de renda		(373)	(390)
Provisão para contribuição social		(281)	(298)
Reversão de passivo fiscal diferido		1.012	1.060
Lucro líquido dos semestre/exercícios		462	499
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	12.a	4.686	4.686
Lucro por lote de mil ações - em R\$		183,96	106,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.